



**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO I.I – APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**



## TERMO DE REFERÊNCIA

Nº 2024.10.29.01-GOV

### 1. INTRODUÇÃO

#### 1.1. Objetivo

Este Termo de Referência tem por finalidade fornecer elementos necessários e suficientes, os quais, baseados nos dados constantes dos estudos técnicos preliminares acostados aos autos, servirão para realização de procedimento administrativo, cujas especificações técnicas e demais condições encontram-se detalhados no presente documento, conforme disposto nos arts. 6º, incs. X, XIII e XXIII, 18, 23, 40, 41 e 82, da Lei nº 14.133/2021, regulamentados pelos Decretos nºs 011/2024 e 013/2024.

2.2. Integram o presente Termo de Referência como se nele estivessem escritos, os seguintes documentos:

- I) Definição dos Lotes/Itens e especificações dos produtos;
- II) Relação dos documentos de habilitação para o procedimento; e
- III) Estudo Técnico Preliminar – ETP.

### 2. INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS, EXPOSIÇÃO DE NECESSIDADE, DETALHAMENTO E PLANEJAMENTO DO OBJETO.

#### 2.1. Órgão(s) Interessado(s):

Gabinete do Prefeito.

Secretaria Municipal de Saúde.

Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Secretaria Municipal de Proteção Social e Cidadania.

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente.

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Juventude.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário, Pesca e Pecuária.

#### 2.2. Objeto:

Seleção de melhor proposta para registro de preços visando futuras e eventuais aquisições de combustíveis destinados a de Acarape/CE.

#### 2.3. Justificativa:

A contratação de combustíveis por meio de registro de preços é uma medida estratégica para garantir a continuidade dos serviços prestados pelas secretarias municipais do município de Acarape. A aquisição de combustíveis é essencial para o funcionamento de veículos utilizados em diversas atividades, como transporte de pacientes, coleta de resíduos, manutenção de vias públicas, entre outras. Dessa forma, a seleção da melhor proposta para registro de preços visa assegurar a disponibilidade de combustíveis de forma eficiente e econômica, contribuindo para a eficácia das ações realizadas pelas secretarias municipais.



Além disso, a utilização do registro de preços possibilita a realização de futuras e eventuais contratações de forma ágil e transparente, garantindo a obtenção de preços competitivos e a economia de recursos públicos. Com a seleção da melhor proposta, as secretarias municipais de Acarape poderão contar com um fornecimento regular de combustíveis, sem a necessidade de realizar novos processos licitatórios a cada aquisição, o que simplifica e agiliza o processo de compra, permitindo uma gestão mais eficiente dos recursos públicos. Assim, a contratação de combustíveis por meio de registro de preços se mostra como uma medida estratégica e vantajosa para o município de Acarape.

#### 2.4. Do Plano de Contratação Anual - PCA:

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- ID do PCA no PNCP: 23555170000138-0-000001/2024
- ID do PCA no PNCP: 23555170000138-0-000002/2024
- ID do PCA no PNCP: 23555170000138-0-000003/2024
- ID do PCA no PNCP: 23555170000138-0-000004/2024
- ID do PCA no PNCP: 23555170000138-0-000005/2024
- ID do PCA no PNCP: 23555170000138-0-000006/2024
- ID do PCA no PNCP: 23555170000138-0-000009/2024
- Data de publicação no PNCP: 18/03/2024.

#### 2.5. Descrição da solução como um todo:

2.5.1. A solução para o objeto de contratação pública consiste na realização de um processo licitatório para a seleção da melhor proposta para registro de preços visando futuras e eventuais contratações para a aquisição de combustíveis, junto às secretarias municipais do município de Acarape. A licitação seguirá os trâmites estabelecidos pela Lei 14.133 de licitações públicas do Brasil, garantindo transparência, competitividade e eficiência na contratação dos serviços, visando sempre o interesse público e a economia dos recursos municipais.

### 3. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DOS RECURSOS FINANCEIROS E ESTIMATIVA DA DESPESA

3.1. Não há classificação orçamentária para o presente objeto, haja vista se tratar de procedimento mediante Sistema de Registro de Preços – SRP, onde a finalidade primária é a fixação dos preços pelo período de registro. Por sua vez, a fixação de créditos orçamentários se dará quando do momento específico da contratação.

#### 3.2. Valor global estimado:

R\$ 11.331.640,00 (Onze milhões, trezentos e trinta e um mil, seiscentos e quarenta reais).

#### 3.3. Metodologia do orçamento:



Orçamento baseado em pesquisas de preços realizadas pelo Setor de Cotações e Orçamentos do município, conforme Mapa comparativo de preços em anexo aos autos.

#### 4. REQUISITOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO.

4.1. A CONTRATADA deverá dispor de Posto de Combustível localizado em uma distância de no máximo 05 km da sede do Paço Municipal de Acarape/CE, localizado na Rua José Guilherme Costa, nº 100, Centro – Acarape/CE, para facilitar o acesso da execução do serviço, prezando pela economicidade no deslocamento para o abastecimento sempre que necessário.

4.2. Os produtos a serem fornecidos deverão obedecer às normas e especificações da ABNT, INMETRO, ANP, Normas da ISO, no que se refere à qualidade, conforme for aplicável.

4.3. A empresa deve garantir a qualidade dos combustíveis fornecidos, atendendo às normas e padrões de qualidade estabelecidos pelos órgãos competentes.

4.4. Certificado de posto revendedor autorizado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

4.5. Certificado de Regularidade – IBAMA.

4.6. Licença Ambiental de Operação dentro da validade – SEMACE.

#### 4.7. Sustentabilidade:

A contratação pública para a aquisição de combustíveis para as secretarias municipais do município de Acarape pode gerar impactos ambientais significativos. O uso de combustíveis fósseis, como gasolina e diesel, contribui para a emissão de gases de efeito estufa, causando o aquecimento global e a poluição do ar. Além disso, o transporte e armazenamento desses combustíveis podem resultar em vazamentos e contaminação do solo e da água.

Para mitigar os impactos ambientais gerados por essa contratação, é importante que as secretarias municipais adotem medidas sustentáveis, como a utilização de combustíveis menos poluentes, como o etanol ou o biodiesel. Além disso, a implementação de políticas de redução do consumo de combustíveis e a promoção do uso de transportes públicos e alternativos, como bicicletas e caronas solidárias, podem contribuir para a diminuição da emissão de poluentes.

Outra solução para minimizar os impactos ambientais é a implementação de programas de compensação de carbono, onde as secretarias municipais podem investir em projetos de reflorestamento e conservação ambiental para neutralizar as emissões de gases de efeito estufa geradas pela utilização de combustíveis fósseis. Dessa forma, é possível garantir que a contratação pública para a aquisição de combustíveis seja realizada de forma mais sustentável e responsável, contribuindo para a preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável.

#### 5. DAS CONDIÇÕES DO ABASTECIMENTO E PRAZOS DE ENTREGA/FORNECIMENTO

##### 5.1. Do Abastecimento:



5.1.1. As entregas serão realizadas diariamente e a pronta entrega/imediatamente.

5.1.2. A CONTRATADA fornecerá os produtos mediante a apresentação da "Autorização para Abastecimento", conforme modelo previamente apresentado pela CONTRATANTE e acordado pelas partes, devidamente datada e assinada por funcionário autorizado do CONTRATANTE. A "autorização para abastecimento" poderá conter informações como: identificação do condutor (motorista), identificação do veículo, placa, tipo de combustível, local, hora e data do abastecimento e consumo de quilometragem por litro de combustível para cada veículo, entre outros.

5.1.3. A CONTRATANTE encaminhará seus veículos oficiais até o posto de abastecimento, de acordo com suas necessidades e conveniências, dentro do horário de funcionamento deste.

### 3.2. Forma de entrega e acompanhamento:

5.2.1. O abastecimento será realizado diretamente nas bombas de combustível da CONTRATADA, no endereço indicado na proposta;

5.2.2. O combustível será recusado no caso de densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição ou a presença de outras substâncias, em percentuais além dos autorizados em sua composição.

5.2.3. O combustível recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 2 (duas) horas, contado a partir do recebimento pela CONTRATADA da formalização da recusa pela CONTRATANTE, arcando a CONTRATADA com os custos dessa operação, inclusive os de reparação.

5.2.4. Para o abastecimento dos veículos oficiais, deverá ser especificado o quantitativo em litros do combustível fornecido no preenchimento da Autorização para Abastecimento, emitido pela Unidade Gestora, bem como deverá ser fornecido o devido comprovante.

5.2.5. Não serão aceitas cobranças sem a devida apresentação da Autorização para Abastecimento devidamente preenchido e assinado por ambas as partes.

5.2.6. Não será admitida recusa de abastecimento em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada.

5.2.7. Em caso de panes, falta do combustível, casos fortuitos ou de força maior, a CONTRATADA deverá providenciar alternativas de abastecimento nas mesmas condições acordadas, no prazo máximo de 2 (duas) horas, após o recebimento da formalização de descontinuidade dos serviços emitida pela CONTRATANTE.

## 6. DA FORMA DE PAGAMENTO

### 6.1. Forma de pagamento

6.1.1. A liquidação da despesa e o Pagamento serão efetuados na proporção de entrega dos produtos, em até **30 (trinta) dias** após a emissão da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, mediante a constatação da entrega definitiva, através de atesto do recebimento dos produtos e o encaminhamento da documentação necessária, observada todas as disposições pactuadas, bem como, a ordem cronológica de pagamentos.



6.1.2. Para fins de instrução dos procedimentos de pagamento, além dos documentos citados no subitem anterior, o fornecedor deverá enviar obrigatoriamente a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, constante da seguinte documentação:

- a) Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada pelo gestor do contrato;
- b) Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive em relação as contribuições sociais;
- c) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Estadual;
- d) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Municipal;
- e) Prova de Regularidade relativa ao FGTS;
- f) Prova de Regularidade relativa à Justiça do trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT).

6.1.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.1.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.1.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.1.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e vigorará por 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. REQUISITOS ESPECÍFICOS DO PROCEDIMENTO

### 8.1. Da forma de apresentação das propostas

8.1.1. Na proposta de preços deverá constar as especificações detalhadas do item, quantidade solicitada, marca, o valor unitário e total, já considerando todas as despesas, tributos, impostos, taxas, encargos e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam registrados neste documento.

8.1.2. A licitante deverá garantir a entrega dos itens sem qualquer defeito de fabricação, e se caso constatado alguma imperfeição, terão os itens devolvidos e a licitante submetida às penalidades da Lei, além do registro da falha no Cadastro de Fornecedores Municipais.

8.1.3. Será considerada vencedora a licitante cuja proposta contenha o **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência.



## 9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de fornecimento será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9.8. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

9.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

9.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.



**9.14.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**9.15.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra/nota de empenho, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**9.16.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**9.17.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**9.18.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**9.19.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**9.20.** O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

**9.21.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:**

**10.1.** As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório da Lei Nº. 14.133.

**10.2.** São obrigações do contratante, nos termos do art. 92, X, XI e XIV da Lei Federal n.º 14.133/21:

**10.2.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

**10.2.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.





**10.2.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

**10.2.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

**10.2.5.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.2.6.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

**10.2.7.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

**10.2.8.** Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

**10.2.9.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**10.2.10.** A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021 e o art. 28, do Decreto nº 11.246, de 2022, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**10.2.11.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.2.12.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**10.2.13.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**10.2.14.** Indicar o local e horário em que deverão ser entregues os produtos/materiais/equipamentos.

**10.2.15.** Permitir ao pessoal da CONTRATADA acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança.

**10.3. São obrigações do contratado, nos termos do art. 92, XIV, XVI e XVII da Lei Federal nº 14.133/21:**

**10.3.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso.



- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- g) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.
- i) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- j) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- l) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.



- o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.
- q) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- r) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, se for o caso, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
- s) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- t) Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- u) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- v) Assinar e devolver a ordem de compra ao Município de ACARAPE/CE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.
- w) Entregar os itens licitados no prazo máximo estabelecido no termo de referência, contados do recebimento da ordem de compra, nos locais determinados pelo órgão solicitante, observando rigorosamente as especificações contidas no termo de referência, nos anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato.
- x) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- y) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- z) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125º da Lei n.º 14.133/21.



- aa) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de [CIDADE]/CE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.
- bb) No caso de constatação da inadequação do objeto licitado às normas e exigências especificadas no termo de referência, no edital ou na proposta de preços da CONTRATADA, a CONTRATANTE os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições.

## 11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

### 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
  - b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
  - b.4) deixar de apresentar amostra;
  - b.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- c) não celebrar ata de registro de preços e o contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura de tais instrumentos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) recusar-se, sem justificativa, a assinar a ata de registro de preço ou contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- f) fraudar a licitação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - h) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - i) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - j) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
  - k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.1.1. Serão aplicadas ao licitante/adjudicatário que incorrer nas infrações acima descritas, garantida a defesa prévia, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e



d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**11.1.2.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.1.3.** Para fins de dosimetria e cálculo das penalidades acima impostas, estas tomarão como base os parâmetros delineados no tópico a seguir.

**11.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que, com dolo ou culpa:**

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.2.1.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) **Multa**:
  - d.1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  - d.2) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.



**11.2.2.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**11.2.3.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.2.4.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**11.2.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.2.6.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**11.2.7.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.2.8.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.2.9.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**11.2.10.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.2.11.** O Contratante deverá, no prazo máximo 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas



(Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.2.12.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**11.2.13.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **12. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

10.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.2.3. Indenizações e multas.

10.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **13. DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

10.5. Os casos omissos serão decididos pelo(s) órgão(s) demandante(s), segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, nos regulamentos e normas locais específicas, nas normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais em Direito Admitidas.

ACARAPE/CE, 29 DE OUTUBRO DE 2024.

  
Viviane Beserra Holanda  
Secretária de Saúde



GOVERNO MUNICIPAL DE  
**ACARAPE**  
Uma nova história



*Sergiane Beatriz dos Mesquita*  
Sergiane Beatriz da Silva Mesquita

**Secretária de Desen. Agrário, Pesca e Pecuária**

*Liana Maria Bessa Bomfim*

Liana Maria Bessa Bomfim  
**Chefe de Gabinete**

*Jardel Beserra Barroso*

Jardel Beserra Barroso  
**Secretário de Administração e Finanças**

*Paulo Cesar Ferreira da Costa Filho*

Paulo Cesar Ferreira da Costa Filho  
**Secretário de Proteção Social e Cidadania**

*Raimundo Nonato de Andrade Filho*  
Raimundo Nonato de Andrade Filho  
**Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente**

*Jonas Campêlo Nogueira*  
Jonas Campêlo Nogueira  
**Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Juventude**





## ANEXO I

### 1. DOS LOTES:

1.1. **Justificativa quanto ao quantitativo:** A definição dos quantitativos deu-se com base em levantamento pautado pelo histórico de utilização de exercícios anteriores e/ou em consonância com as necessidades das possíveis contratação prospectadas a longo prazo de vigência contratual, estipuladas por este(s) órgão(s).

1.2. Os quantitativos totais estipulados, para efeitos de formulação de proposta de preços constam do Anexo I deste Projeto Básico/Termo de Referência.

### 2. DOS QUANTITATIVOS TOTAIS DA LICITAÇÃO:

SECRETARIA DE SAÚDE					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
01	DIESEL S-10	LITRO	180.000	R\$ 6,79	R\$ 1.222.200,00
02	ETANOL/ALCOOL	LITRO	50.000	R\$ 5,08	R\$ 254.000,00
03	GASOLINA COMUM	LITRO	300.000	R\$ 6,87	R\$ 2.061.000,00
VALOR TOTAL					R\$ 3.537.200,00

SECRETARIA DE DESENVOL. AGRÁRIO, PESCA E PECUÁRIA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
01	DIESEL S-10	LITRO	180.000	R\$ 6,79	R\$ 1.222.200,00
02	ETANOL/ALCOOL	LITRO	10.000	R\$ 5,08	R\$ 50.800,00
03	GASOLINA COMUM	LITRO	70.000	R\$ 6,87	R\$ 480.900,00
VALOR TOTAL					R\$ 1.753.900,00

GABINETE DO PREFEITO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
01	DIESEL S-10	LITRO	15.000	R\$ 6,79	R\$ 101.850,00
02	ETANOL/ALCOOL	LITRO	5.000	R\$ 5,08	R\$ 25.400,00
03	GASOLINA COMUM	LITRO	30.000	R\$ 6,87	R\$ 206.100,00
VALOR TOTAL					R\$ 333.350,00



GOVERNO MUNICIPAL DE

**ACARAPE**

Uma nova história



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
01	DIESEL S-10	LITRO	20.000	R\$ 6,79	R\$ 135.800,00
02	ETANOL/ALCOOL	LITRO	5.000	R\$ 5,08	R\$ 25.400,00
03	GASOLINA COMUM	LITRO	30.000	R\$ 6,87	R\$ 206.100,00
VALOR TOTAL					R\$ 367.300,00

SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E CIDADANIA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
01	DIESEL S-10	LITRO	15.000	R\$ 6,79	R\$ 101.850,00
02	ETANOL/ALCOOL	LITRO	5.000	R\$ 5,08	R\$ 25.400,00
03	GASOLINA COMUM	LITRO	30.000	R\$ 6,87	R\$ 206.100,00
VALOR TOTAL					R\$ 333.350,00

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
01	DIESEL S-10	LITRO	200.000	R\$ 6,79	R\$ 1.358.000,00
02	ETANOL/ALCOOL	LITRO	5.000	R\$ 5,08	R\$ 25.400,00
03	GASOLINA COMUM	LITRO	60.000	R\$ 6,87	R\$ 412.200,00
VALOR TOTAL					R\$ 1.795.600,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E JUVENTUDE					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
01	DIESEL S-10	LITRO	230.000	R\$ 6,79	R\$ 1.561.700,00
02	ETANOL/ALCOOL	LITRO	65.000	R\$ 5,08	R\$ 330.200,00
03	GASOLINA COMUM	LITRO	192.000	R\$ 6,87	R\$ 1.319.040,00
VALOR TOTAL					R\$ 3.210.940,00



LOTE GLOBAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
01	DIESEL S-10	LITRO	840.000	R\$ 6,79	R\$ 5.703.600,00
02	ETANOL/ALCOOL	LITRO	145.000	R\$ 5,08	R\$ 736.600,00
03	GASOLINA COMUM	LITRO	712.000	R\$ 6,87	R\$ 4.891.440,00
VALOR GLOBAL					R\$ 11.331.640,00

2.1. A CONTRATADA deverá dispor de Posto de Combustível localizado em uma distância de no máximo 05 km da sede do Paço Municipal de Acarape/CE, localizado na Rua José Guilherme Costa, nº 100, Centro – Acarape/CE, para facilitar o acesso da execução do serviço, prezando pela economicidade no deslocamento para o abastecimento sempre que necessário.



## ANEXO II RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de licitação, o(s) licitante(s) deverão comprovar o atendimento aos seguintes requisitos:

### a. Habilitação jurídica

A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à **comprovação de existência jurídica da pessoa** e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (Art. 66 da Lei Federal nº 14.133/21), devendo ser observado e apresentado, se for:

- a.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- a.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- a.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- a.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- a.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- a.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- a.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- a.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**



### **b. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- b.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b.3. Prova de regularidade com a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- b.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- b.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943).
- b.6. Declaração quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Esta declaração ficará dispensada em caso de procedimento eletrônico onde o proponente opte por assinalar a opção constante do sistema).
- b.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- b.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **c. Qualificação Econômico-Financeira**

- c.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado no órgão competente de origem)
- c.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
  - I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/( Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
  - II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e
  - III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).
- c.3. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou, Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação.
- c.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.



c.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

c.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

c.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **d. Qualificação Técnica**

d.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

d.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

d.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### **e. Declarações**

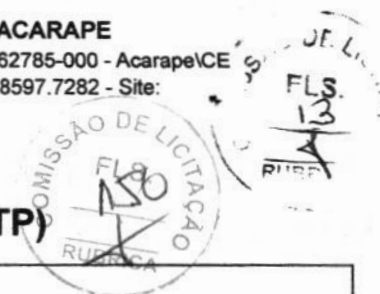
e.1. Declaração de que a interessada atende aos requisitos de habilitação e de que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

e.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

e.3. Declaração expressa de integral concordância com os termos do termo de referência e seus anexos;

e.4. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

e.5. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

ETP.24.10.24.ECB-01 - DATA: 24/10/2024

Categoria: MATERIAL

### 1. PROBLEMA RESUMIDO

Problema de otimização de recursos e transparência na gestão pública, garantindo a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de combustíveis, atendendo às necessidades das secretarias municipais de Acarape.

### 2. CLASSIFICAÇÃO DA PRETENSA PUBLICAÇÃO

O objeto de contratação pública para a seleção de melhor proposta para registro de preços visando futuras e eventuais contratações para a aquisição de combustíveis, junto às secretarias municipais do município de Acarape, se enquadra como uma licitação do tipo pregão, conforme a Lei 14.133 de licitações. Neste caso, a modalidade mais adequada seria o pregão eletrônico, visando garantir a transparência e a competitividade no processo de contratação.

### 3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação de combustíveis por meio de registro de preços é uma medida estratégica para garantir a continuidade dos serviços prestados pelas secretarias municipais do município de Acarape. A aquisição de combustíveis é essencial para o funcionamento de veículos utilizados em diversas atividades, como transporte de pacientes, coleta de resíduos, manutenção de vias públicas, entre outras. Dessa forma, a seleção da melhor proposta para registro de preços visa assegurar a disponibilidade de combustíveis de forma eficiente e econômica, contribuindo para a eficácia das ações realizadas pelas secretarias municipais.

Além disso, a utilização do registro de preços possibilita a realização de futuras e eventuais contratações de forma ágil e transparente, garantindo a obtenção de preços competitivos e a economia de recursos públicos. Com a seleção da melhor proposta, as secretarias municipais de Acarape poderão contar com um fornecimento regular de combustíveis, sem a necessidade de realizar novos processos licitatórios a cada aquisição, o que simplifica e agiliza o processo de compra, permitindo uma gestão mais eficiente dos recursos públicos. Assim, a contratação de combustíveis por meio de registro de preços se mostra como uma medida estratégica e vantajosa para o município de Acarape.

### 4. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A previsão no plano de contratação anual para a aquisição de combustíveis junto às secretarias municipais de Acarape está em conformidade com a nova Lei de Licitações 14.133, garantindo transparência e eficiência na seleção da melhor proposta para registro de preços.

### 5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1. Comprovação da capacidade técnica e operacional para fornecimento dos combustíveis de acordo com as especificações exigidas.
2. Apresentação de documentação fiscal regularizada e em conformidade com as leis vigentes.
3. Apresentação de proposta de preços competitiva e condizente com o mercado.
4. Comprovação da regularidade trabalhista e previdenciária da empresa.
5. Apresentação de garantias de execução do contrato, conforme previsto em edital.
6. Cumprimento de todas as exigências e prazos estabelecidos no edital de licitação.

### 6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para o levantamento de mercado referente à aquisição de combustíveis para as secretarias municipais do município de Acarape, é necessário realizar uma pesquisa ampla junto aos potenciais fornecedores, levando em consideração a qualidade dos produtos, a capacidade de fornecimento, os preços praticados no mercado e a reputação das empresas. É fundamental garantir a transparência e a competitividade do processo, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Lei 14.133 de licitações públicas do Brasil, visando a obtenção das melhores propostas para a formação do registro de preços e futuras contratações.

Além disso, é importante realizar uma análise criteriosa dos custos envolvidos na aquisição dos combustíveis, levando em consideração a economicidade e a eficiência na utilização dos recursos públicos. A busca por fornecedores que atendam aos requisitos técnicos e legais estabelecidos, bem como a realização de uma avaliação



Governo  
Municipal  
de Acarape



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAPE**  
Rua José Guilherme Costa, SN - Centro - CEP: 62785-000 - Acarape/CE  
CNPJ: 23.555.170/0001-38 - Tel: (85) 9.8597.7282 - Site:



Ao optar pelo registro de preços, a administração municipal de Acarape poderá realizar a contratação de forma mais simplificada, uma vez que não será necessário abrir uma nova licitação a cada vez que precisar adquirir combustíveis. Além disso, a utilização do registro de preços possibilita uma maior previsibilidade de gastos e uma melhor gestão dos recursos públicos.

Para garantir a viabilidade da contratação desse objeto, é fundamental que o processo licitatório seja conduzido de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A seleção da proposta mais vantajosa deve ser feita de forma transparente e justa, levando em consideração critérios objetivos e previamente estabelecidos no edital de licitação.

Dessa forma, a contratação de combustíveis por meio de registro de preços atende aos requisitos da Lei 14.133 de licitações, garantindo a eficiência e a economicidade na gestão dos recursos públicos do município de Acarape. A utilização dessa modalidade de contratação contribui para a melhoria dos serviços prestados pelas secretarias municipais, garantindo o abastecimento dos veículos e maquin

#### 16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação pública para a seleção de melhor proposta para registro de preços visando futuras e eventuais contratações para a aquisição de combustíveis junto às secretarias municipais do município de Acarape se mostra adequada para atender a necessidade a que se destina. A aquisição de combustíveis é essencial para o funcionamento das secretarias municipais, garantindo a mobilidade necessária para a realização das atividades cotidianas. Além disso, a utilização do registro de preços possibilita a obtenção de melhores condições de compra, garantindo economia para o município.

A realização de uma seleção de melhor proposta por meio de registro de preços também contribui para a transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos, uma vez que permite a negociação de preços e condições mais vantajosas para a administração municipal. Dessa forma, a contratação pública para a aquisição de combustíveis se mostra como uma medida estratégica para garantir o abastecimento contínuo e adequado das secretarias municipais, sem comprometer o orçamento do município.

Diante do exposto, é possível concluir que a contratação para registro de preços visando a aquisição de combustíveis atende de forma satisfatória a necessidade das secretarias municipais do município de Acarape. A medida se mostra como uma solução eficiente e econômica para garantir o abastecimento regular dos veículos utilizados nas atividades administrativas, contribuindo para a eficiência e qualidade dos serviços prestados à população.

Acarape-CE, 24 de Outubro de 2024.

*Viviane Beserra Holanda*  
Viviane Beserra Holanda  
Secretário(a)

*Sergiane Beatriz da Silva Mesquita*  
Sergiane Beatriz da Silva Mesquita  
Secretário(a)

*Liana Maria Bessa Bomfim*  
Liana Maria Bessa Bomfim  
Chefe de Gabinete

*Jardell Beserra Barroso*  
Jardell Beserra Barroso  
Secretário(a)

*Paulo Cesar Ferreira da Costa Filho*  
Paulo Cesar Ferreira da Costa Filho  
Secretario(a) de Proteção Social e Cidadania




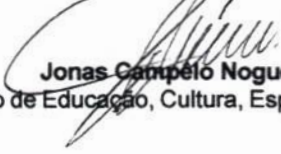


Governo  
Municipal  
de Acarape

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAPE**

Rua José Guilherme Costa, SN - Centro - CEP: 62785-000 - Acarape\CE  
CNPJ: 23.555.170/0001-38 - Tel: (85) 9.8597.7282 - Site:

  
**Raimundo Nonato de Andrade Filho**  
Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente

  
**Jonas Campelo Nogueira**  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Juventude



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAPE**

<https://transparencia.acontratacao.com.br/pmacarape/etp>  
CHAVE: ecb47fbb07a752413640f82a945530f8





minuciosa das propostas recebidas, são etapas essenciais para garantir a seleção da melhor oferta e a contratação mais vantajosa para a administração pública de Acarape.

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução para o objeto de contratação pública consiste na realização de um processo licitatório para a seleção da melhor proposta para registro de preços visando futuras e eventuais contratações para a aquisição de combustíveis, junto às secretarias municipais do município de Acarape. A licitação seguirá os trâmites estabelecidos pela Lei 14.133 de licitações públicas do Brasil, garantindo transparência, competitividade e eficiência na contratação dos serviços, visando sempre o interesse público e a economia dos recursos municipais.

### 8.1. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DE ITENS A SEREM CONTRATADOS

As especificações e quantitativos indicados basearam-se em dados de consultas realizadas junto ao setor competente responsável por identificar as necessidades inerentes ao objeto da pretensa contratação, dessa forma entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos:

Descrição	Unid. Medida	Quant
DIESEL S-10 DIESEL S-10.	LITRO	840000
ETANOL/ALCOOL ETANOL/ÁLCOOL	LITRO	145000
GASOLINA COMUM GASOLINA COMUM	LITRO	712000

### 8.2.0 VALOR PREVISTO NO PCA PARA ESSA CONTRATAÇÃO

O VALOR ESTIMADO PREVISTO PARA ESSA CONTRATAÇÃO É DE R\$ 2.470.000,00 (dois milhões, quatrocentos e setenta mil reais) .

## 9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A contratação pública para a aquisição de combustíveis para as secretarias municipais do município de Acarape pode ser realizada de forma fracionada em lotes, visando garantir a melhor proposta para cada tipo de combustível. Dessa forma, será possível obter preços mais competitivos e atender de maneira eficiente as necessidades de abastecimento dos veículos municipais.

## 10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O processo de contratação pública para a aquisição de combustíveis para as secretarias municipais de Acarape seguirá as fases de alinhamento, contratação e planejamento. Inicialmente, será elaborado o DFD para formalização da demanda, em seguida será feita a cotação de preços e por fim será realizado o ETP para estudo técnico preliminar, conforme determina a Lei 14.133 de licitações públicas do Brasil.

## 11. RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação pública para a aquisição de combustíveis visa garantir a continuidade dos serviços prestados pelas secretarias municipais do município de Acarape, assegurando o abastecimento dos veículos utilizados nas atividades diárias. Com a seleção da melhor proposta para registro de preços, busca-se obter economia e eficiência na aquisição dos combustíveis, garantindo a transparência e a competitividade no processo de contratação.